

## Informações Gerais

### Instrutores:

**Durval Soledade** - Foi advogado do BNDES por 35 anos e diretor e superintendente geral da CVM. No BNDES ocupou o cargo de diretor da BNDESPar. É pós-graduado em Direito Empresarial, Economia do Desenvolvimento e MBA da COPPE/UFRJ. Já participou de 20 Conselhos de Administração. Atualmente é membro dos Conselhos da Petrobras, BR Distribuidora e Usiminas. Na Eletrobrás é membro da Comissão de Investigação.

**Bráullo Licy Gomes de Mello** - Advogado da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) desde 2005. É o atual gerente responsável pela área de Direito Societário da Companhia, tendo assessorado na implantação da Lei 13.303/16 e do Decreto 8.945/16, dentre outras modificações recentes na governança da Petrobras.

**Objetivos:** Proporcionar aos participantes conhecimentos da matéria de tal modo que fiquem aptos a implementar ou consolidar o processo de governança corporativa exigido pela Lei. 13.303/2016 em suas empresas. Em complemento, o aluno também deverá estar apto a ser um multiplicador das informações apresentadas neste curso.

**Público-alvo:** Membros da equipe de Controle Interno, *Compliance*, Gestores nos seus diversos níveis e demais profissionais julgados pertinentes pela Empresa ou Organização.

Carga Horária: 12h/aula

Investimento Associado: R\$ 1.080,00  
Não Associado: R\$ 1.296,00

Realização: 24 e 25 de maio de 2018, das 9:00 às 16:00  
Av. Nilo Peçanha, 50, grupo 1.109, 11º andar. Centro, Rio de Janeiro/RJ

Certificados: Receberão certificados os participantes que obtiverem 80% de frequência.

Informações: Tel: (21) 2109-6034 • (21) 2109-6033 • (21) 2109-6036 • E-mail: gedes@abde.org.br

## Programa

1. Surgimento da Lei 13.303/16: contexto histórico brasileiro
2. Fundamento Constitucional
3. Aplicabilidade da Lei 13.303/16
  - Empresas Estatais
  - Órgãos Governamentais
  - Regime Jurídico aplicável às Sociedades sediadas no exterior
  - Entrada em vigor da Lei
4. Regulamentação da Lei 13.303/16
  - Prazo para edição dos decretos regulamentadores
  - Empresas Estatais de Pequeno Porte
  - Regras de funcionamento e organização editadas pelas entidades federativas
5. Conceito de Governança Corporativa
  - Princípios gerais de governança

Exemplos de regras de atuação das estatais

  - Exemplos de regras gerais de boa governança
  - Organização societária: estatuto, políticas, regras internas, estruturas – Formas de disciplinar as regras trazidas pela Lei 13.303/16
  - Principais princípios de governança trazidos pela Lei 13.303/16
6. Empresas Estatais
  - Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública
  - Aplicação subsidiária da Lei 6.404/76

- Regras de constituição
  - Interesse Público
7. Participações Minoritárias das Empresas Estatais
  8. Transparência nas definições das estratégias
    - Carta Anual de Governança
    - Planejamento Estratégico e Plano de Negócio
    - Política de Distribuição de Dividendos
    - Política de Transações com Partes Relacionadas
    - Política de Divulgações
    - Política de Gestão de Riscos
    - Política de Indicações
    - Política de Governança Corporativa
    - Política de Porta-vozes
    - Política de Participações Societárias
  9. Estrutura do Programa de Conformidade (Compliance)
    - Lei 13.303/16
    - Resolução 4.595 do Banco Central do Brasil
    - Outras boas práticas para a área de conformidade
    - Código de Conduta e Integridade e outros normativos
  10. Gerenciamento de riscos e estrutura necessária
  11. Conselho de Administração e Diretoria Executiva
    - Regras de funcionamento
    - Requisitos e vedações
    - Conselheiro Independente
  12. Comitê de Auditoria Estatutário
    - Regras da CVM para Companhias Abertas
    - Regras do Banco Central do Brasil aplicáveis para instituições financeiras
    - Regras de funcionamento da Lei 13.303/16
    - Composição: requisitos, vedações e critério de independência.
  13. Comitê de Elegibilidade
    - Finalidade
    - Atribuições
    - Composição
    - Funcionamento
  14. Conselho Fiscal
    - Finalidade
    - Atribuições
    - Composição
    - Funcionamento
  15. Empresas Estatais de Pequeno Porte
    - Exceções às regras aplicáveis para as Empresas Estatais de médio e grande portes.